



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN Trecho 02 – Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 – Brasília/DF – www.ibama.gov.br

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de julho de dois mil e dezesseis foi iniciada a terceira reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água, ocorrida na Sala de reunião número sete do IMA, na Cidade administrativa, Belo Horizonte/MG.

O coordenador-geral de autorização do uso da flora e floresta do Ibama, André Sócrates, iniciou com breve relato do que representa esta câmara técnica e o comitê interfederativo, sendo seguido por breve apresentação dos participantes, conforme lista anexa.

A diretora de uso sustentável da biodiversidade e florestas do Ibama, Ana Alice de Marques, apresentou a pauta do período da manhã, sendo composta por 3 grandes temas de discussão, conforme relatados a seguir.

Item 1 - Discussão e encaminhamentos acerca do estabelecimento de áreas prioritárias para o plantio compensatório de 40.000 hectares (cláusulas 161, 162 e 163)

1. Divisão da área entre MG e ES;
2. Mapeamento das áreas prioritárias para este ano (mananciais de abastecimento);
3. Mapeamento das áreas prioritárias para próximos anos;

O Ibama iniciou abordando os 40.000ha de plantio compensatório, diferenciando-os dos 2.000ha referentes aos locais que foram diretamente afetados e que também são de responsabilidade da empresa recuperar. A primeira questão levantada foi sobre onde serão priorizados tais plantios dos 40.000ha, devendo ser definido também como seria a divisão entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Além do primeiro ponto do item 1 (divisão entre MG e ES), a discussão adentrou no tema do segundo ponto (definição das áreas prioritárias de plantio para este ano de 2016), tendo sido apresentadas propostas conforme relatado a seguir.

A representante do município de Governador Valadares apresentou uma proposta que contemplou as áreas de mananciais, contendo proposição de metodologia considerando a vulnerabilidade, a existência de mananciais alternativos, e dispondo em mapas as prioridades conforme áreas classificadas como críticas. Também foram apresentadas as instituições atuantes na região apresentada e que possuem relação com a produção de água e suas respectivas áreas de atuação. O representante da ANA questionou sobre a capacidade de progredir com o desenvolvimento de cada projeto dessas instituições, pedindo que isso fosse observado e colocado como ponto de discussão. A representante do município informou que já há um trabalho de avaliação dessa questão, havendo uma estrutura formada por esses órgãos no âmbito de um comitê. A proposta seria resolver selecionando, no curto prazo, as áreas de mananciais alternativos.

Foi manifestado pelo Ibama que na presente reunião ainda não é necessário propriamente solucionar em definitivo a divisão entre os Estados, MG e ES, sendo o foco a definição das áreas prioritárias para

este ano. Um dos representantes da área acadêmica (universidades) informou que há outras instituições que não estariam sendo abrangidas ali mas que também atuam no tema, pedindo cautela na discussão do assunto.

Foi lembrado que a divisão com base no critério de área de bacia estaria abrangida no acordo, embora não precise necessariamente restringir-se apenas a ela.

Em seguida, o representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA/ES apresentou entendimento de que o critério poderia ser o percurso do rio atingido (local de desastre até a foz) e os respectivos percentuais em cada Estado. Indicou 664km impactados de rio, sendo 512 em MG e 152 no ES, ou seja, 77% da área impactada estaria em MG e 23% no ES, de um total de 9.200ha. Considerando o tamanho da bacia, os 23% no ES cairiam para 14%, sendo julgada melhor a metodologia que considera o impacto dentro do rio.

Dos critérios já postos para prioridades, extensão da calha ou bacia, quando questionado ao grupo sobre sugestão de outro critério, o representante do comitê de bacias hidrográficas do rio Doce – CBH/Doce ressaltou que o comitê que atua há tempos nisso ainda discute tais questões, propondo então que os critérios sejam apresentados e permaneçam sem uma definição final a fim de que sejam avaliadas as questões até uma próxima reunião. O Ibama ressaltou que a divisão entre Estados não é prioritária agora, devendo ser realmente definida com cautela.

Tratando neste momento especificamente do segundo ponto do item 1 (mapeamento de áreas prioritárias para este ano), um dos representantes do Instituto BioAtlântica - Ibio ressaltou que a ideia do que foi apresentado pela representante do município de Governador Valadares seria de que, a partir dos dados apresentados, seria possível avaliar onde poderiam ser obtidos resultados mais rápidos.

No longo prazo, a proposta seria analisar sob a tutela de uma meta do acordo para atingimento dos 40.000ha e de compensação da empresa em relação à vulnerabilidade e aos riscos da bacia com que já se convive há tempos. Na opinião do representante, não faria sentido cumprir a meta sem avaliar os pontos principais a serem atacados, necessitando uma análise cuidadosa e sendo proposto processo de consulta a especialistas para que sejam definidos fatores, pesos, indicadores, etc. Através disso, seria proposto um modelo sobre o qual a bacia seria analisada e definidas então quais áreas críticas, junto aos colegiados de decisão.

Os critérios de análise da bacia para definir essa vulnerabilidade foram apresentados pelo representante do Ibio. O índice resultante pode ter diversas linhas de cortes que os classifiquem quanto à sua criticidade, a depender da escolha. Esses possíveis limiares de corte foram definidos por meio de especialistas e consulta à bibliografia, podendo ser adaptados a fatores limitantes, como disponibilidade de recursos, medidas restritas, tempo de execução, etc. No longo prazo, a proposta é refinar essa análise do ponto de vista de Risco x Oportunidade. Ressaltou que, no longo prazo, é necessário um grupo representativo que conheça a bacia e que tais definições sejam feitas em consonância com um sistema de monitoramento que avalie constantemente os impactos das ações a serem executadas. Retornando à discussão das ações imediatas, apresentou distribuição visual e quantitativo de área classificada como crítica considerando índice 0,51, separadas em quantidades de APP's, hectares, etc. Nestas condições, totalizam 206.000ha a serem trabalhadas, a despeito do quantitativo de área do momento inicial (40.000).

O Ibama ressaltou que a Câmara Técnica de Segurança Hídrica ainda não informou os mananciais que serão objeto do acordo, e o Ibama sugeriu que fossem utilizados para esse ano os mananciais das cidades que forem abrangidas.

Para esse primeiro ano, cogitou-se considerar os mananciais dessas cidades selecionadas. Como a divisão dos hectares por ano não está estabelecida e não foi categoricamente fixada, sugeriu-se implantação gradual conforme for progredindo com as áreas.

Sobre se as áreas que já estariam sendo recuperadas pela empresa Samarco seriam consideradas na contagem dos hectares, o Ibama informou que não e que as áreas serão aquelas estabelecidas no acordo.

Foi mencionada ainda a necessidade de um edital de chamamento público de produtores que poderia contemplar a área demonstrada como hachurada na apresentação (área de maior vulnerabilidade), sendo ressaltado que as APP's devem ser o alvo dentro dessa área proposta. O Ibama ressaltou a importância de levantar os dados das universidades para ajudar nisso e que elas possam ajudar no andamento também. Foi mencionado que o planejamento deve ser associado ao monitoramento.

Foi destacado ainda que no âmbito do CNPQ foi criado um grupo representativo das universidades, sendo sugerido pelo Ibama que deveriam ser associados a esta câmara técnica, mesmo que seja em subcâmaras.

Encaminhamento do segundo ponto do item 1: priorizar as áreas selecionadas a partir das áreas hachuradas na apresentação e o que for apresentado na câmara técnica de segurança hídrica, a fim de elaborar edital e atrair os proprietários para participar da recuperação dessas áreas.

Com relação ao terceiro ponto do item 1 (áreas prioritárias para os próximos anos), a sugestão foi primeiro definir quem contribui, mas a proposta é fazer uma definição de modelos, fatores e pesos, validando em câmaras técnicas seguindo processo definido pelo comitê interfederativo, para em seguida elaborar a modelagem para preparar o mapa com a priorização das áreas, podendo esta ser escalonada nos anos, ou com perspectivas diferentes, a escolher. No fim, deve haver uma plataforma de visualização simples para unir a priorização com o monitoramento e avaliação de ambos. A previsão informada foi de aproximadamente 6 meses para conclusão dessa definição de áreas.

O Ibama ressaltou que o trabalho exigirá muito e a sugestão é de encaminhar o tema, considerando o arcabouço de passos e processos. Assim, teve como Encaminhamento: que a Samarco contrate a empresa e apresente produto a ser validado por esta câmara técnica, podendo ser inclusive estabelecidas diretrizes que sejam representativas de quem define os valores, e que estes profissionais conheçam a bacia e que o comitê tenha visualização clara da relação entre o planejado e o que está ocorrendo em campo, não apenas em relação ao cumprimento de meta, mas se os hectares plantados estão realmente construindo uma bacia com melhores condições, sendo importante um sistema que una a modelagem (planejamento) com o que está acontecendo na prática.

O representante da Embrapa relatou que a empresa deveria cumprir o planejamento do comitê e ressaltou que monitorar tudo isso nessa magnitude roubaria grande parcela dos recursos, devendo ser planejado com cautela. Por outro lado, ressaltou-se a importância desse monitoramento e que seu custo estaria fora dos valores estabelecidos. Como orientação foi definido que a empresa deve seguir as diretrizes estabelecidas por esta câmara técnica.

Outra questão ressaltada como importante foi de observar a classificação contida no acordo a respeito da Área Ambiental 1 (APP's) e Área ambiental 2 (os 40 municípios), o que, segundo entendimento, não impediria que estas fossem extrapoladas, devendo haver, contudo, uma consonância com os limites políticos.

O representante da UFES ressaltou a importância de integrar atuações diversas que terão implicações no que está sendo discutido nesta câmara técnica. A ANA informou que isso deve ser trabalhado com a empresa, havendo embasamento para isso, independente do que está amarrado na Área ambiental 2 do acordo, o que será avaliado no CIF após os subsídios técnicos desta câmara.

Item 2 - Discussão e encaminhamento sobre a proposta da ANA para estratégia de implantação do plantio compensatório dos 40.000ha (Cláusulas 161, 162 e 163).

O Ibama apresentou as premissas da recuperação compensatória, devendo haver, como exemplo, pagamento do serviço ambiental para garantir participação do produtor no projeto no dia a dia, melhorando o acompanhamento e o tempo de avaliação.

O Programa produtor de água (PPA) foi brevemente descrito por representante da ANA, baseando-se no pagamento de serviços ambientais como um atrativo para que o produtor não perca receita, torne-se “guardião” da área e faça jus ao valor pago caso tudo funcione como estabelecido em seu contrato. Algumas questões variadas sobre o tema foram discutidas, dentre elas, que a fundação seria responsável pelos pagamentos disso.

Encaminhamento: Discutir os detalhes do Pagamento de serviços ambientais (PSA) em reunião específica, bem como discutir os valores, considerando a meta dos 40.000ha.

Sobre o PPA, foi apresentado o fluxograma para aprovação, contendo, dentre outras etapas, a criação da unidade gestora do projeto (no caso, a câmara técnica), a definição das áreas prioritárias, acrescentando o engajamento dos proprietários, a definição do valor do PSA (a ANA já possui para os outros casos que são aplicados no Brasil, porém, para este caso, deve-se definir no âmbito da câmara técnica) e o suporte no fundo ambiental existente. A proposta da ANA é utilizar o sistema de gestão do programa Reflorestar para gerir isso.

Dessas áreas prioritárias a serem selecionadas, a princípio divididas por bacias (permitindo então o trabalho com municípios inseridos nelas), sairiam editais. Os projetos da fundação seriam então avaliados na câmara técnica, embora o Ibama tenha ressaltado que a análise projeto a projeto seria dificultosa, sendo sugerido uma validação por consultorias independentes. O mesmo foi sugerido para auditorias.

Durante a discussão, diversas observações foram feitas, dentre elas ressaltando a representatividade necessária, considerando, por exemplo, o comitê de bacias; e também a incorporação das áreas técnicas como colaboradores (universidades, por exemplo).

O modelo de fluxograma de ações foi então aprovado pelos presentes.

Encaminhamento: Sobre o PSA, sugeriu-se que ANA, SEAMA/ES, Instituto Terra, CBH/Doce e programa Reflorestar discutam numa próxima reunião específica, de forma a ser apresentada de forma mais consolidada na próxima reunião ordinária desta câmara técnica, uma metodologia e possivelmente uma proposta de valores do PSA, lastreado na experiência dessas instituições. O IEF também se propôs a contribuir.

Item 3 – Discussão e encaminhamentos sobre a implantação de um sistema para gestão dos plantios compensatórios de 40.000ha (Cláusula 184)

O representante do programa Reflorestar descreveu brevemente o que é o programa, suas frentes de trabalho e como funciona seu sistema de gestão. Também abordou o PSA no âmbito dele, os modelos burocráticos seguidos e como permitem intensificar as ações a fim de obter os melhores resultados. Ressaltou que implantar o que já está pronto atualmente seria fácil de utilizar no âmbito da câmara técnica. Apresentou a interface do sistema e suas possibilidades, bem como uma proposta de valores de implantação e manutenção.

Encaminhamento: A câmara aprovou a recomendação de utilização do sistema do programa Reflorestar como sugestão de modelo e base de gestão, e que posteriormente sejam discutidos os requisitos a serem adicionados/modificados.

O Ibama ressaltou que, no âmbito do acordo, além do R\$ 1,1 bilhão previsto, há outra verba destinada, por exemplo, ao gerenciamento e monitoramento, podendo esse custo ser abrangido por ela.

Foi sugerido também que a Samarco evitasse a sobreposição de esforços considerando os 40.000ha e os 200.000ha, devendo haver esforço de integração e governança sob tutela técnica desta câmara. O

Ibama informou que isso pode ser apenas sugerido, uma vez que a palavra final não é de responsabilidade da câmara.

Foi realizado breve histórico da última reunião ocorrida no CIF, sendo que uma das deliberações foi de que a Samarco apresentasse as áreas em que estão trabalhando a erosão e evitando retorno do sedimento à calha dos rios. As ações apresentadas à época foram então reprovadas pelo CIF, sendo emitida notificação para apresentação de documentos novos, e a Samarco foi então convocada a apresentar isso no período da tarde no âmbito desta reunião.

A reunião encerrou às 12h45, sendo retomada às 13h50 com apresentação da pauta do período da tarde.

Item 4 - Apresentação da Samarco sobre as ações emergenciais de recuperação do trecho entre Fundão e Candonga (Cláusulas 158, 159 e 160).

O representante da Samarco iniciou apresentando sobre controle de erosão e reconformação de cursos d'água, indicando ações como definição de objetivos, recuperação e monitoramento. Estaria adentrando em julho de 2016 na fase 2b de efetiva recuperação. Apresentou as ações em andamento e seguiu apresentando os estudos geomorfológicos que estão sendo finalizados, identificando áreas com maior potencial de geração de sedimento. Apresentou brevemente a metodologia (duas áreas, uma diretamente afetada e uma de estudo regional), realizou medições das áreas (largura, profundidade, características geomorfológicas) para comparar áreas e avaliar o impacto e comparar também com imagens anteriores de quando não tinha sido afetado. Logo, foram utilizados dados históricos e dados de campo. As categorias de classificação estabelecidas foram então informadas, sendo mostrado também slide com mapas das áreas classificadas como prioritárias (num total de 16) para intervenção antes do período chuvoso.

Sobre os estudos biogeoquímicos, a empresa informou que estes estão sendo finalizados mas que o principal era determinar as características do material de fonte dos sedimentos para subsidiar a tomada de decisão sobre a retirada ou não deles. A previsão é de que nas próximas duas semanas haja um evento de apresentação destes resultados. Foi indicada a localização e a distribuição das amostras, abrangendo rejeito, solo de background, e entendida por eles como bem ampla para caracterização completa dos materiais afetados e não afetados, totalizando 310 amostras em ambientes variados, até o oceano.

Foram apresentadas as fases de análises laboratoriais, sendo selecionadas amostras mais críticas na caracterização geoquímica para realização de análises de reatividade (testes estáticos e cinéticos). Atualmente estão na fase final de compilação dos dados, e posteriormente este trabalho subsidiará a análise de riscos e a avaliação de impactos ambientais.

Nos tributários, os objetivos informados eram remover o rejeito, ação iniciada, segundo eles, assim que a Samarco teve acesso às áreas (janeiro/16). Foram definidos critérios, alternativas de tratamento, estimativa de vazão, definição de seções típicas, mapeamento de tributários, com identificação de cerca de 70, sendo adicionados novos em campo (não informou o quantitativo desses adicionais), com levantamento de campo em cada um, segundo relatado. A empresa disse que para cada um foi feito um projeto específica. Como próximos passos, destacou o monitoramento de qualidade da água (turbidez) nos tributários e fazer a manutenção da vegetação. Informou que posteriormente se preocuparão com mudas e aspectos relacionados a isso, que agora o foco é a estabilização de margens.

Com relação aos rios principais, a empresa apresentou as contenções em andamento. Quanto à revegetação, outro representante da Samarco abordou os 800ha de plantio emergencial, com função de minimizar a erosão da chuva no período chuvoso e minimizar a erosão eólica durante a seca, tendo sido priorizado o entorno das comunidades, e, num segundo contrato com outra empresa, com mais foco nas APP's. Foi informado terem utilizado espécies de crescimento rápido para geração de biomassa e fixação da nitrogênio, com caráter temporário para depois dar o uso adequado à área.

Foi apresentado gráfico com % de execução da revegetação mês a mês, com fotos de antes e depois da sementeira.

Os próximos passos apresentados foram adubação de cobertura, controle de formigas cortadeiras, irrigação, ressemeio, e controle de focos erosivos, dentre outros.

Sobre o controle de drenagem, ressaltou que a revegetação emergencial tinha como objetivo ser rápida, e que nem sempre foi possível realizar o controle de drenagem, sendo que agora com o período seco é que haveria condições melhores para tal. Planejam analisar o modelo digital de terreno e verificar os caminhos preferenciais e adequados, implantar essas estruturas, tentando desviar o que está chegando por canaletas verdes e bacias enrocadas, barreiras de escoamento superficial, feixes de galhadas em curvas de nível, biomantas, espalhamento de galhadas, cordões vegetativos, etc.

Foi apresentado cronograma físico-financeiro com custo distribuído mês a mês, porém, sem cronograma executivo e prazos para conclusão das obras.

O Ibama ressaltou o item 3.1 do CIF sobre planejamento de priorização de 2016 para ações relacionadas a isso, o qual ainda não foi apresentado. Ressaltou que as ações apresentadas hoje são as já feitas, mas que as posteriores (que é o que havia sido solicitado) ainda não foram encaminhadas.

Finalizada a apresentação da Samarco, o Ibama iniciou sua apresentação sobre a vistoria realizada pelo órgão nas ações emergenciais de recuperação do mesmo trecho. Sobre a conclusão dos 800ha, tendo findado prazo para execução, o Ibama requisitou relatório definitivo à Samarco. Esta, por sua vez, informou que está em andamento. Os 2000ha da Área ambiental 1 sim são considerados revegetação definitiva.

O Ibama apresentou sobre a operação Áugias realizada (pontos avaliados, padronização de informações obtidas, resultados parciais, etc). A vegetação nativa está presente em maior proporção no trecho inicial, onde também houve a maior destruição, havendo ações que podem ser feitas manualmente, como uso de galhadas arrancadas na própria área. Ressaltou, inclusive, que deve haver esse tipo de planejamento. Foi comentado também sobre as árvores mortas que ainda permanecem de pé, ressaltando a importância da função ambiental delas, não devendo ser retiradas.

Sobre a espessura do rejeito, em geral as camadas foram consideradas elevadas, especialmente em maior quantidade na área de refluxo e menos no trecho inicial. Com relação à erosão constatada na área, foram encontradas muitas ravinas na grande maioria, mesmo no período da seca, sendo ressaltada a preocupação do órgão com isso.

Passando à avaliação das obras de retaludamento, em trechos onde o curso foi reconformado, o Ibama criticou a retificação excessiva dos cursos, sem proporcionar meandros e sem dissipar a energia no trajeto da água, não respeitando a conformação natural do leito. O Ibama ressaltou também que com os projetos enviados pela Samarco, a percepção é de que estes eram padronizados e que não se preocupavam com as especificidades dos tributários, salientando que o setor de meio ambiente da empresa precisa acompanhar essas obras, e não apenas o setor de engenharia. Ressaltou que com a chuva, esse rejeito tende a retornar às calhas principais e apresentou exemplos de obras julgadas como mal executadas.

A avaliação das obras de drenagem também indicou preocupação, com ~68% dos pontos sem elas, o que preocupa por ser risco para a época de chuva. Sobre a bioengenharia, em ~77% dos pontos foram detectados como ausentes e ~35% sem sementeira, sendo que as que tinham apresentaram falhas (por exemplo, com só uma espécie). Ao final, foram apresentadas as recomendações, sendo que ~68% das áreas precisariam de obras de drenagem, ~64% de obras de contenção, ~51% de sementeira, ~49% de bioengenharia, ~44% de retaludamento e ~22% com algum nível apenas mais conservador de intervenção. A revegetação natural na maioria são de espécies herbáceas seguidas de arbustivas e depois arbóreas. A proposta é de que a partir destes dados coletados seja implantado sistema advindo da cláusula 184 do TTAC para gerir esse programa de recuperação.

Foi apresentado o que seria o sistema, sendo composto de pontos das áreas visitadas e outras posteriores, associando cada ponto desse ao projeto e aos relatórios da Samarco, às vistorias e aos relatórios de acompanhamento da Samarco, unificando a gestão para Ibama e empresa e o que se discute em cada ponto. Foi informado que já se estaria em conversa com a Fundação para implantar isso, sendo que foi informado que apresentariam até final de agosto para referendar isso na câmara técnica, atuando também como um sistema de transparência e controle social para a população.

Encaminhamento: Adotar a operação Águas do Ibama como estratégia para gerenciar as cláusulas 158 a 160; Envolver outras entidades na operação (universidades, secretarias de meio ambiente, etc); Implantar o sistema de gestão e solicitar à Samarco posicionamento sobre o seu andamento.

Findada a apresentação do Ibama e aberta a questão para discussão, foi ressaltada a necessidade de cronograma de execução para chegar no período chuvoso de forma mais preparada. A Samarco, sobre a retificação do canal, informou que só realiza a retificação quando não consegue recuperar o estado original (tributários pequenos, resolução ruim de imagens antiga, etc) e que isso totaliza poucos casos. Foi ressaltada a necessidade de que a câmara técnica entenda os planejamentos e cronogramas, bem como de que sejam atualizados e revistos os projetos dos tributários e as justificativas para as alterações realizadas.

A Samarco sugeriu que nas próximas vistorias pudesse acompanhar as ações juntamente aos órgãos ambientais. A representante da Secretaria de meio ambiente do município de Mariana sugeriu que representantes das comunidades locais afetadas também pudessem participar. O Ibama informou que as equipes de campo contataram moradores locais que contribuíram muito nesse processo.

Em outro comentário, foi ressaltado por representante da UFV a alta plasticidade do ambiente siltoso, devendo a empresa se ater à recuperação de um sistema bem específico como esse, com foco nas ações específicas para este tipo, evitando a constante tentativa e erro, devendo-se avançar a discussão com a empresa de forma a avançar nessas metodologias utilizadas. A Samarco ressaltou que inicialmente o caráter era emergencial, e que agora pode sim rever e realizar melhorias com mais foco.

Para este ano, ficou acordado que deve-se partir para contenção e drenagem das áreas críticas. Foi citado o trabalho de um professor com revegetação em rejeitos em tanque, porém, foi destacado que a obra de engenharia seria o foco inicial, o que não impediria de amadurecer também esta questão.

Foi ressaltado que a câmara técnica apenas recomenda, não delibera, mas sim subsidia as decisões do CIF. Sobre as obras de drenagem, foi dado encaminhamento a seguir.

Encaminhamento: que a Samarco envie, no menor tempo possível, os projetos das obras de drenagem para que na próxima reunião ordinária da câmara isso esteja avaliado e permita uma discussão qualificada.

A Samarco informou que está praticamente finalizado e que entregará em breve.

Em relação à bioengenharia, o Ibama frisou que deve ser avaliado com mais cuidado o retorno da biota aquática à área, pois só assim poderá haver uma sequência de eventos com desdobramentos em outros ramos, como no socioeconômico, por exemplo. A Samarco informou que detectou ictiofauna em alguns pontos, e o Ibama observou em poucos (apenas 14% deles).

Foi sugerido também por um dos participantes o convite de um professor especialista em ictiofauna do rio Doce (Professor Jorge) para que participe e contribua na próxima reunião.

A reunião foi encerrada pelo coordenador geral do Ibama às 16h30, e a Diretora do Ibama agradeceu a presença de todos e agendou a próxima reunião para dia 10 de agosto, frisando a necessidade de agendar reuniões intermediárias para avanços paralelos de questões tratadas. O recebimento de sugestões de pauta inicia 15 dias antes da próxima reunião.